

## Protagonismo Discente e Curricularização da Extensão: Um debate necessário

Student Protagonism and Extension Curricularization: A necessary debate

Protagonismo Estudantil y Curricularización de la Extensión: Un debate necesario

Recebido: 04/11/2024 | Revisado: 12/11/2024 | Aceitado: 13/11/2024 | Publicado: 16/11/2024

### **Daiane Toigo Trentin**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5492-8806>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [dtoigotrentin@gmail.com](mailto:dtoigotrentin@gmail.com)

### **Magali Inês Pessini**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8169-7932>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Brasil

E-mail: [magali.pessini@gmail.com](mailto:magali.pessini@gmail.com)

### **Rosângela Ferreira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7663-143X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [roferreira305@gmail.com](mailto:roferreira305@gmail.com)

### **Luiza Borges Polesso**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4742-5325>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [luiza.polesso@aluno.feliz.ifrs.edu.br](mailto:luiza.polesso@aluno.feliz.ifrs.edu.br)

### **Luciana Calabró**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6669-1789>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [luciana.calabro.berti@gmail.com](mailto:luciana.calabro.berti@gmail.com)

### **Resumo**

A inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação vem permeando os debates sobre a educação superior no Brasil. Esta prática integra atividades extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, promovendo a interação entre a academia e a sociedade alavancando o protagonismo discente. Neste contexto, este artigo tem o objetivo de discutir o protagonismo discente no processo de curricularização da extensão nos Institutos Federais através da análise dos PPCs dos cursos designados. A investigação caracteriza-se como qualitativa-descritiva, sendo realizada através da análise documental. A análise dos dados baseou-se na Análise de Conteúdo e foi realizada com o auxílio do software ATLAS.ti. As unidades de registro codificadas foram: a) curricularização da extensão e, b) protagonismo discente. Após a análise dos textos selecionados, percebeu-se que grande parte dos excertos extraídos tratavam de aspectos normativos relacionados às citações da legislação existente, desconsiderando aspectos importantes, como a concepção de Extensão da instituição e, especialmente, a participação dos estudantes nessas atividades. Com relação ao objetivo proposto, observou-se que a participação estudantil é um tema distante da compreensão da prática da Extensão expressa nos PPCs, sendo necessário avançar nas discussões e propostas que visem ampliar o protagonismo discente no processo de curricularização da Extensão.

**Palavras-chave:** Curricularização da Extensão; Extensão; Protagonismo Discente; Institutos Federais; Ensino.

### **Abstract**

The inclusion of extension in undergraduate curricula has been permeating debates on higher education in Brazil. This practice integrates extension activities into undergraduate curricula, promoting interaction between academia and society and leveraging student protagonism. In this context, this article seeks to discuss the role of students in the extension curricularization process at the Federal Institutes through an analysis of the PPCs of the designated courses. The research is characterized as qualitative-descriptive and was carried out through documentary analysis. Data analysis was based on Content Analysis and was carried out using ATLAS.ti software. The coded registration units were: a) extension curricularization and b) student protagonism. After analyzing the selected texts, it emerged that most of the excerpts dealt with normative aspects related to citations of existing legislation, disregarding important aspects such as the institution's conception of Extension and, especially, student participation in these activities. With regard to the proposed objective, it was observed that student participation is a topic far removed from the understanding of the practice of Extension expressed in the PPCs, and that it is necessary to advance discussions and proposals aimed at increasing student protagonism in the Extension curricularization process.

**Keywords:** Extension Curriculum; Extension; Student Protagonism; Federal Institutes; Teaching.

## Resumen

La inclusión de la extensión en los planes de estudio de las carreras de pregrado ha permeado los debates sobre la educación superior en Brasil. Esta práctica integra actividades de extensión en los planes de estudio de las carreras de pregrado, promoviendo la interacción entre la academia y la sociedad, aprovechando el protagonismo de los estudiantes. En este contexto, este artículo busca discutir el protagonismo estudiantil en el proceso de curricularización de extensión en los Institutos Federales a través del análisis de los PPC de los cursos designados. La investigación se caracteriza por ser cualitativa-descriptiva, realizándose mediante análisis documental. El análisis de los datos se basó en el Análisis de Contenido y se realizó con la ayuda del software ATLAS.ti. Las unidades de registro codificadas fueron: a) curricularización de extensión y b) protagonismo estudiantil. Después del análisis de los textos seleccionados, se constató que gran parte de los extractos extraídos trataban de aspectos normativos relacionados con citas de legislación existente, ignorando aspectos importantes, como el concepto de Extensión de la institución y, especialmente, la participación de los estudiantes en estas actividades. Respecto al objetivo propuesto, se observó que la participación estudiantil es un tema alejado de comprender la práctica de la Extensión expresada en los PPC, por lo que es necesario avanzar en discusiones y propuestas que apunten a ampliar el protagonismo estudiantil en el proceso de curricularización de la Extensión.

**Palabras clave:** Currículo de Extensión; Extensión; Protagonismo estudiantil; Institutos Federales; Enseñanza.

## 1. Introdução

A educação superior brasileira no decorrer do seu percurso histórico tem passado por significativas mudanças em suas concepções, metodologias e também nas suas leis e regulamentações. A necessidade de adequações dos cursos superiores ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 pode ser considerada como um exemplo desta afirmação, visto que, no que diz respeito à educação superior, o PNE estabelece metas e diretrizes específicas para este nível de ensino. Algumas destas incluem a expansão e a interiorização das universidades públicas, o aumento do acesso e da permanência dos estudantes na educação superior, a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além do aprimoramento da qualidade do ensino e da pesquisa.

Neste contexto, o presente artigo vem debater a estratégia 12.7 da meta 12 do PNE que trata sobre a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Uma das estratégias adotadas para o alcance deste objetivo é de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, exigindo assim, que os currículos dos cursos de graduação no país sejam revistos e readequados para atender esta legislação. Neste cenário, dois conceitos ganham destaque nesta discussão, especificamente a curricularização da extensão e o protagonismo discente, visto que ambos têm o potencial de, para além da adequação à lei, transformar a forma como os estudantes vivenciam a educação superior, tornando-a mais significativa e participativa.

A curricularização da extensão envolve, basicamente, a integração de atividades de extensão no currículo acadêmico dos cursos superiores. Antes muitas vezes realizada de forma voluntária e extracurricular, neste momento a extensão se torna uma parte essencial da formação acadêmica podendo incluir em sua base desde a criação de disciplinas específicas até ações de extensão que permitam aos estudantes aplicar seus conhecimentos na solução de problemas do mundo real.

A Extensão propriamente dita passou a fazer parte das ações universitárias quando o contexto cultural, econômico e político da sociedade industrial passou a demandar maior especialização por um conhecimento que, até então, restringia-se aos muros das universidades. As atividades de extensão surgem como opção para uma política de manutenção da ordem social pela minimização das relações de tensão causadas por estruturas desiguais de acesso aos meios de produção e renda. Nesse conceito inicial, a Extensão materializou-se na forma de ações assistenciais destinadas à população pobre, agricultores e daqueles que se encontravam afastados do meio acadêmico (Nogueira, 2013). E, foi nessa perspectiva assistencialista e de transferência unilateral de saber científico, que a Extensão passou a ser desenvolvida nas universidades brasileiras. Somente a partir dos movimentos sociais da Reforma de Córdoba inseriu-se a compreensão de que as instituições de ensino superior possuem o

compromisso social de atuar sobre os grandes problemas da sociedade nacional, mobilizando seu potencial acadêmico, social e cultural, por meio da extensão universitária (Ribeiro, 2019).

Os aspectos reducionistas da prática extensionista, enquanto difusão e prestação de serviços para assistência à comunidade, são tratados por Freire (2015) no livro “Extensão ou Comunicação?”. Ao analisar o sentido semântico da palavra “extensão”, o autor entende que o fazer extensionista tomado no significado implícito ao termo - estender algo a alguém - representa uma invasão cultural, uma prática educativa de domesticação, que reduz os sujeitos a objetos e receptáculos de um conhecimento que lhes chega acabado e que não dialoga com aspectos da realidade. A obra de Freire potencializou uma reflexão conceitual da Extensão ao compreender que o fazer extensionista deve promover um intercâmbio entre saber sistematizado na academia e o saber popular das comunidades, em um processo comprometido com a conscientização social e a transformação dos envolvidos nas ações.

Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (Freire, 2015, p.26).

Em conjunto com o ensino e a pesquisa, a extensão integra a tríade de atividades acadêmicas destinadas ao cumprimento da função educacional e social nas universidades e institutos federais de educação. Como espaço plural de geração de conhecimento científico, técnico e cultural, a extensão promove a interlocução de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade (Ribeiro, 2019). A interação dialógica com a problemática que reflete o mundo e os homens oportuniza o desenvolvimento de uma formação acadêmica e profissional de posturas críticas, reflexivas e de transformação da realidade social. Para isso, a prática extensionista implica no posicionamento de protagonismo pelos sujeitos nela envolvidos (Freire, 2015).

A efetiva participação dos estudantes em ações de extensão nas universidades sempre foi uma preocupação presente nas discussões e proposições realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX). Desde o Plano Nacional de Extensão e, posteriormente, a Política Nacional de Extensão, o impacto na formação do estudante esteve presente como uma das cinco diretrizes base destinadas a orientar o planejamento e execução das atividades extensionistas. Na visão do FORPROEX, as atividades de extensão:

[...] constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento de experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira (FORPROEX, 2012, p.52).

Em concordância com o citado acima, Deus (2020) afirma que é papel das instituições de ensino oportunizar espaços acadêmicos que possibilitem a construção de uma formação profissional para além dos conteúdos ofertados na grade curricular, contribuindo também no desenvolvimento de outros saberes e competências que os auxilie não somente para atuar, mas também para estar em sociedade. Esta posição colocada pela autora e, mais uma vez corroborada pelo FORPROEX, justifica-se porque a noção de competência profissional envolve, atualmente, o domínio não apenas do conteúdo aprendido em sala de aula, mas a preparação profissional concebida a partir de uma concepção crítica e plural, que cria, dessa forma, condições para que essa formação também contemple aspectos sociais e políticos: “O processo de aprendizagem passa a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la”. (FORPROEX, 2006, p.46).

Neste panorama, nos Institutos Federais (IFs), a Extensão torna-se um importante instrumento para a transformação social e acadêmica ao oportunizar o contato do estudante e do instituto/universidade com a realidade social das comunidades que os cercam. As ações extensionistas têm por premissa básica fazer a interligação entre a instituição e a sociedade, entre o saber acadêmico/erudito com o saber popular e, através desta comunicação entre ambas esferas, construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos e saberes. É esta relação dialógica que permite que os conteúdos técnicos aprendidos na sala de aula se encontrem com a realidade presente além da academia e possam ser testados e complementados pela percepção dos que nela constroem suas vivências. Desta forma, os estudantes passam a ter um importante papel na renovação e no fortalecimento da Extensão, sendo atores desta mediação entre sociedade e instituto/universidade, promovendo a oxigenação dos mesmos, a democratização do conhecimento acadêmico e a troca de saberes com as comunidades (FORPROEX, 2012).

Em vista disso, a curricularização da extensão e o protagonismo discente estão interligados de forma intrínseca: enquanto este último está essencialmente ligado à participação ativa dos estudantes na gestão de suas experiências acadêmicas, a curricularização oferece oportunidades concretas para o envolvimento dos estudantes em projetos de extensão. Neste cenário, o presente artigo busca investigar a participação e o protagonismo discente no processo de curricularização da extensão nos Institutos Federais da região Sul do Brasil através da análise de trechos dos Projetos Políticos de Curso (PPCs) dos cursos selecionados para este estudo. Destaca-se que este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPgCi - UFRGS).

## 2. Metodologia

A presente investigação foi realizada pesquisa descritiva por meio pesquisa documental de fonte direta com da abordagem qualitativa por meio de citações de trechos de documentos e, quantitativa com uso de números e porcentagens (Pereira et al., 2018). Do ponto de vista do delineamento do trabalho, os procedimentos adotados referem-se à pesquisa documental. Com relação ao delineamento da pesquisa documental, Gil afirma que esta assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, entretanto: “enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas” (2002, p.46).

### 2.1 Cenário da Pesquisa

Os cursos superiores da Rede Federal de Educação Tecnológica (IFs) estão classificados em 13 eixos tecnológicos e, segundo dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ao todo são mais de 2.100 cursos em todo o país, com cerca de 270.000 estudantes matriculados (BRASIL, 2024b). Devido a impossibilidade de analisar toda esta realidade, optou-se pelo recorte regional das unidades da rede federal e selecionou-se os institutos federais (IF's) da região sul do país: Instituto Federal Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Para permitir uma melhor análise dos dados e relações entre estratégias e metodologias adotadas, entende-se que seja necessário optar por cursos que possuam componentes curriculares semelhantes. Nesta perspectiva, foram escolhidos como amostra desta investigação os cursos de Licenciatura em Química dos IFs acima citados.

Atualmente, existem 15 cursos de Licenciatura em Química nas instituições selecionadas conforme o Quadro 1, sendo que destes, apenas 7 cursos possuem seus PPCs já curricularizados.

**Quadro 1** - Cursos de Licenciatura em Química.

IF	Nº cursos	IF	Nº cursos
IFFAR	03	IFSC	01
IFRS	01	IFC	02
IFSul	01	IFPR	07

Fonte: Autores.

Após a distinção dos cursos realizada acima, buscou-se dentro deste universo aqueles que já haviam passado pelo processo de inserção das atividades de extensão em seus currículos e, conseqüentemente, em seus PPCs, conforme será detalhado na próxima sessão de apresentação dos resultados.

### 3. Resultados

A análise dos dados baseou-se no método da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011) e foi realizada com o auxílio do software ATLAS.ti.

Na fase de pré-análise, realizou-se a verificação dos cursos que já possuem ou não seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) com a curricularização da extensão inserida. A partir desta etapa, dividiu-se a amostra em dois grupos:

- **Grupo A** - cursos que já possuem a extensão em seus currículos de graduação.
- **Grupo B** - dos cursos que ainda não atualizaram seus PPCs com a inserção de atividades de extensão em seus currículos.

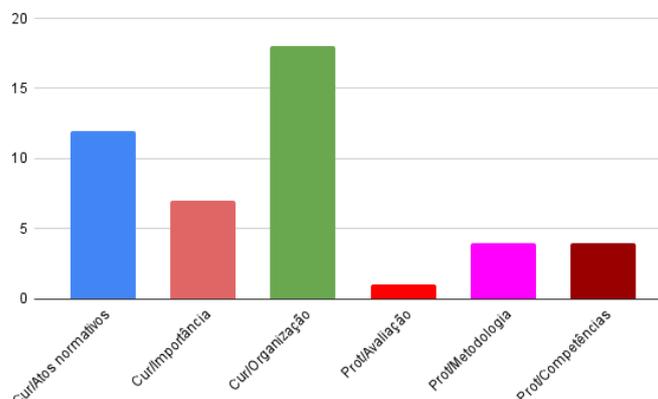
Este segundo grupo (Grupo B), por não fornecer os dados necessários para este estudo, foi excluído da análise.

O Grupo A, por sua vez, passou a constituir-se como o corpus de observação da pesquisa e, com a escolha dos textos a serem analisados, iniciou-se a fase de leitura e codificação do material. Neste momento, realizamos o recorte das unidades de registro e de contexto. As unidades de registro escolhidas e agrupadas em grupos de códigos referem-se ao tema desta investigação: a) curricularização da extensão e, b) protagonismo discente.

Cabe ressaltar que não foram consideradas as citações contidas nas grades curriculares dos PPCs investigados levando em conta que a simples menção das expressões selecionadas (por exemplo, no nome de disciplinas), por si só não contribuiria com o escopo do estudo.

A unidade de registro da Curricularização da Extensão foi constituída por 3 (três) códigos de verificação assim denominados: atos normativos, importância da curricularização e organização dos processos. Esta unidade foi a que concentrou o maior número de trechos sinalizados, visto que agrupou os códigos mais utilizados na análise deste material, conforme a Figura 1, abaixo:

**Figura 1** - Gráfico de distribuição de citações por código de análise.



Fonte: Análise dos dados realizada pelo Atlas.ti

A subcategoria denominada como “atos normativos” refere-se a todas as citações relacionadas à legislação acerca da curricularização da Extensão, tanto em nível nacional quanto as normativas institucionais de cada um dos IFs selecionados. Evidentemente, a Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira aparece nos 07 (sete) PPCs analisados, visto ser essa a legislação base para a implementação da prática extensionista nos currículos. Além desta, sobrevieram trechos e citações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (LDB) e o PNE 2004-2024.

A subcategoria “importância da curricularização da extensão”, não esteve presente na totalidade dos PPCs analisados. Apenas 04 (quatro) dos projetos analisados citam a importância da inserção das atividades de extensão em seus currículos. Esta conceituação refere-se de forma especial aos aspectos relacionados ao papel da curricularização da extensão na formação discente, na transformação social e na relação entre ensino-pesquisa-extensão, como podemos ver nos exemplos abaixo:

Este contato com a sociedade, que visa o desenvolvimento mútuo, estabelece a troca de saberes e tem como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da instituição (D2, p.51).

(...) objetivando a promoção da interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e pesquisa (D3, p.44-45).

Por fim, a terceira divisão da unidade de registro “Curricularização da Extensão” evidencia a “organização dos processos” nestes documentos, ilustrados através dos recortes abaixo:

Em atendimento à Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como à Instrução Normativa Reitoria/IFPR n.1, de 26 de julho de 2021, que institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR, a matriz curricular do curso de Licenciatura em Química conta com os componentes de Extensão I, II, e III, totalizando 351h de extensão curricularizadas no curso (D7).

As atividades de Extensão deverão compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos superiores e serão ministradas como parte de componentes curriculares não específicos de Extensão ou componentes curriculares específicos de Extensão. E para o cumprimento deste artigo da Instrução normativa, segue nas Tabelas 06 e 07, do item que trata sobre a Curricularização da Extensão, os critérios e procedimentos, respectivamente, quanto a carga horária que será contabilizada nos componentes curriculares específicos de Extensão

e as formas de caracterização, pontuação de cada atividade extensionista, para serem creditados pelo coordenador do curso e se for o caso pelo colegiado do curso, necessárias para habilitar o discente concluir os componentes curriculares específicos de Extensão (D3, pp. 26-27).

Tais componentes estão divididos em duas categorias: a) Componentes não específicos de Extensão; b) Componentes específicos de Extensão, que serão explicados mais à frente. Por componentes curriculares entende-se o conjunto de conhecimentos acadêmicos organizados por meio de áreas e ementas, com título específico, que estrutura o itinerário formativo do curso, com registro e/ou creditação e carga horária pré-definida. No curso de Licenciatura em Química a carga horária das Práticas como Componente Curricular não será considerada como atividade de curricularização da extensão (D5, pp.60-61).

A segunda unidade de registro, denominada Protagonismo Discente teve origem no problema de pesquisa proposto por esta investigação e, com a finalidade de aprofundar a análise dos textos, foi subdividida em duas subcategorias: a) Metodologias e Objetivos, e b) Competências.

A subcategoria “Metodologia e Objetivos” refere-se à estruturação das disciplinas, atividades e estratégias de aprendizagem, sendo identificada em 04 excertos de dois diferentes PPCs:

Quanto à extensão, destaca-se a implementação de políticas institucionais de fomento a atividades que permitam a integração da instituição com a comunidade. Neste sentido, tais iniciativas podem incluir parcerias entre o IFC Campus Araquari e instituições externas, como empresas e/ou escolas da região, com desenvolvimento de projetos relacionados ao curso de Licenciatura em Química como estágios supervisionados ou a estratégia de curricularização da extensão e da pesquisa adotado pelo curso (D2, p.51).

O contato próximo dos estudantes com profissionais atuantes nos possíveis campos de trabalho do(a) licenciado(a) em química também contribuem para a consolidação de saberes e a formação da identidade profissional. Nesse sentido, vários eventos como palestras, rodas de conversa, workshops, visitas técnicas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, programas de iniciação à docência, entre outros, são comumente oferecidos aos estudantes do curso (D2, p.40).

III) Núcleo de Estudos Integradores: no Núcleo de Estudos Integradores serão desenvolvidos os seminários, projetos, estágios, laboratórios de ensino e aprendizagem e outras ações voltadas para o exercício da docência na área de Química (D3, p.41).

Com relação à subcategoria dos “Objetivos e Competências”, os fragmentos selecionados trazem para a discussão as perspectivas formativas das ações de Extensão na formação dos estudantes:

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria e prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (D2, p.51).

Entende-se que a Extensão é uma prática indispensável para a formação profissional, científica, social, cultural, política e humanística dos estudantes (D5, p.59).

Em decorrência desta característica constitutiva das ações extensionistas, concorda-se com a afirmação da professora Sandra de Deus, quando reforça que o estudante universitário, ao viver a experiência extensionista e por ela ser transformado, é capaz de atuar no seu trabalho de forma mais consciente: “Atuando em programas ou projetos de Extensão, os estudantes agregam, à sua formação, um conteúdo abrangente e testado, inovador pelo acúmulo que adquirem no contato com as comunidades, com os grupos vulneráveis, com os indivíduos em situação de risco e com a diversidade cultural [...] (Deus, 2020, p. 42).

Nesta conjuntura e, tendo em conta o objetivo proposto para este artigo, os trechos selecionados e acima codificados serão analisados na sequência.

#### 4. Discussão

Como pode-se perceber, poucos foram os trechos extraídos dos PPCs que tratam acerca da Curricularização ou da Extensão propriamente dita. Ademais, grande parte dos excertos codificados tratavam de aspectos normativos, relacionados basicamente a citações da legislação referente ao tema e/ou da organização das disciplinas e das cargas horárias.

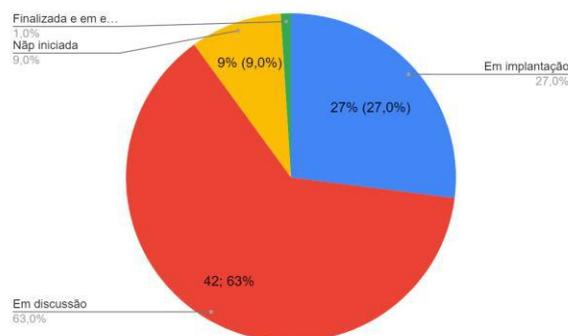
É fato que, para atender ao Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições de ensino superior devem incluir no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e demais documentos correlatos (por exemplo, os PPCs) informações como as acima extraídas e descritas, nomeadamente: a concepção de extensão alinhada aos princípios da Resolução a ser aplicada nos projetos pedagógicos dos cursos, o planejamento e as atividades institucionais de extensão, a forma de registro das atividades, as estratégias para creditação curricular e para a participação dos estudantes em atividades de extensão, os procedimentos para autoavaliação da extensão e, por fim, as previsões e estratégias de financiamento destas atividades (MEC, 2018). Então, espera-se encontrar minimamente nestes documentos os tópicos acima mencionados. Neste cenário, a própria Resolução 07/2018 afirma particularmente a imprescindibilidade de que os PPCs dos cursos de graduação evidenciem o valor das atividades de extensão de forma a caracterizá-las adequadamente quanto à participação dos estudantes:

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem *ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes* [grifo nosso], permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação (MEC, 2018, p.04).

Entretanto, como já citado anteriormente, após a análise dos textos selecionados, percebeu-se que grande parte dos excertos codificados tratavam de aspectos normativos relacionados essencialmente às citações da legislação existente, desconsiderando outros aspectos importantes, como, por exemplo a concepção e o valor das atividades de Extensão e, especialmente a participação dos estudantes nestas.

Uma hipótese que pode ser levantada com relação à existência quase que exclusiva das bases legais da curricularização nos PPCs em detrimento do discurso sobre a importância desta na reformulação da educação superior no Brasil e na formação dos estudantes pode ter relação com a necessidade iminente destes cursos em adequarem-se à legislação vigente tendo em vista o término do prazo ao final do ano de 2024. Embora algumas instituições tenham iniciado todo o processo de debate e implementação ainda no período compreendido pelos PNE 2001-2010 e PNE 2010-2020, a sua maioria não conseguiu desencadear o desenvolvimento de ações em prol deste objetivo, conforme podemos ver no relatório publicado pelo FORPROEX em 2019. O referido relatório contou com a contribuição de 68 das 141 Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileira (IPES) e, embora não seja composto por sua totalidade (em torno de 48% das IPES), nos oferece uma importante fotografia do cenário daquele momento:

**Gráfico 2** - Situação da inserção da Extensão nas práticas, currículos e projetos pedagógicos dos cursos de graduação das IES públicas brasileiras em maio de 2019.

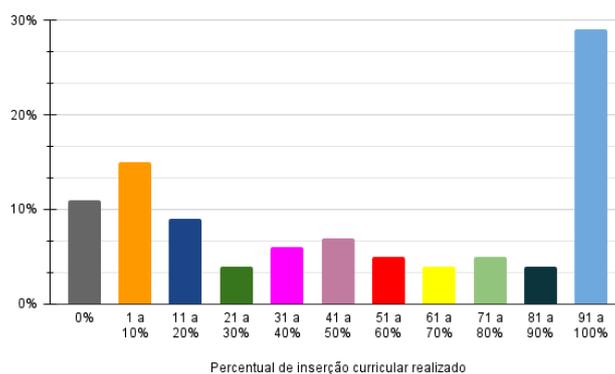


Fonte: FORPROEX (2019).

Como podemos perceber, embora a meta da curricularização da Extensão estivesse presente desde o PNE 2001-2010 (Meta 23) e no projeto de Lei 8035/2010 que estabelecia as bases do PNE 2010-2020, quase 20 anos depois, apenas 1 (uma) IPES havia alcançado plenamente o objetivo disposto. As demais, 27% estavam em vias de implantação (instituições que possuíam uma normativa publicada as discussões referiam-se sobre a operacionalização e implantação por parte dos cursos) e, a grande maioria, 63% encontrava-se em fase de discussão, isto é, nos debates iniciais sobre o modelo de proposta e na elaboração/redação da minuta de resolução a ser encaminhado para apreciação e análise de Conselho Superior ou similar (FORPROEX, 2019).

Em mapeamento realizado no ano de 2022, o Censo da Extensão (FORPROEX, 2023) buscou novamente verificar o estado da arte no tocante à inserção da Extensão nos currículos. Podemos verificar no gráfico abaixo algumas mudanças significativas no status das IPES com relação à meta 12 do PNE 2014-2024:

**Gráfico 3** - Percentual das IPES que realizaram a inserção curricular da Extensão.



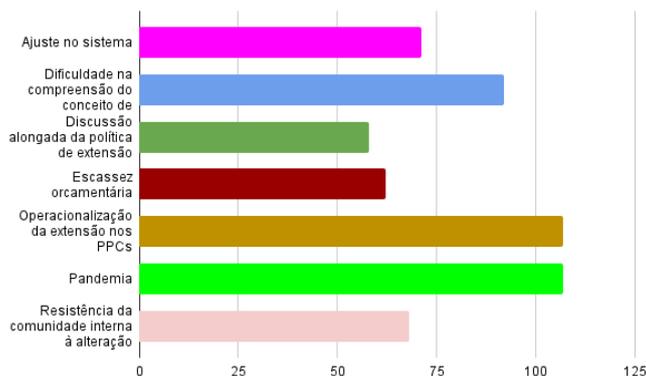
Fonte: Censo da Extensão de 2022 (FORPROEX, 2023).

A começar pelo número de instituições participantes, 160 (cento e sessenta), podemos inferir que neste desenho temos uma cena mais fidedigna da realidade, visto que a quase totalidade das instituições públicas de ensino superior responderam à pesquisa encaminhada. Neste contexto, podemos observar que 38% das IPES (62) possuem mais de 70% de seus cursos tendo realizado a inserção curricular da extensão. Embora possamos observar um salto importante no percentual de instituições consolidando a curricularização da extensão, não podemos deixar de sinalizar que, na outra ponta, 35% das instituições (56)

não possuem nem 20% dos seus cursos tendo realizado as adequações necessárias em seus PPCs e, em 17 delas, pontualmente, este número não passa de zero.

Dentre os diferentes motivos elencados pelo supramencionado Censo da Extensão como fatores que dificultam a conclusão da inserção curricular da extensão nos PPCs, dois nos chamam a atenção: a) dificuldade na compreensão do conceito de extensão e, b) operacionalização da extensão nos PPCs.

**Gráfico 4** - Fatores que dificultaram a inserção curricular da extensão nos PPCs.



Fonte: Censo da Extensão de 2022 (FORPROEX, 2023).

O entendimento claro sobre o que é e qual o papel da Extensão no ensino superior não é consequência somente dos debates atuais que tratam da sua inserção nos currículos. A discussão em torno desta temática permeia a trajetória histórica do ensino superior brasileiro desde sua gênese até os dias atuais. Mesmo fazendo parte do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão proposto pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) a Extensão sempre pareceu caminhar à margem deste tripé, incorporando o papel do primo pobre, não somente com relação aos recursos financeiros, mas também no modo assistemático em que as ações ocorrem, “realizadas por professores com menor titulação, com sobras de carga horária, poucos recursos materiais, inexpressiva participação discente e escassa produção científica” (Imperatore, 2019, p.17).

Parte desta problemática pode ser compreendida se olharmos para o percurso histórico pelo qual o entendimento conceitual desta prática transitou. Garces (et al., 2018) ao trazer a reflexão sobre o não lugar da Extensão nas Universidades, retrata que, no transcurso de sua história, a extensão universitária brasileira foi incorporando conceitos e concepções ao seu fazer, determinadas pelas mais diversas condições históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas. Até então, e ainda hoje em muitas IES, à Extensão compete ocupar-se de qualquer atividade que não se enquadre nem como Ensino, nem como Pesquisa, subjugando à este pilar da indissociabilidade um menor valor quando comparado aos demais componentes da tríade. Silva (2001) sintetiza as três principais vertentes conceituais pelas quais perpassa a compreensão da Extensão: a) a concepção tradicional que foca na execução de políticas educacionais e atendendo às necessidades imediatas da população carente de maneira assistencialista; b) a concepção processual, na qual a extensão é entendida como um compromisso social da universidade; e, c) a concepção crítica que integra a extensão ao ensino e à pesquisa, incorporando-a ao currículo universitário e comprometendo-se com a transformação social. Essas três concepções se trespassam de alguma forma no interior das IES brasileiras e com isso caracterizam as práticas extensionistas dentro das instituições.

Arenti (2023) analisa este panorama afirmando que para muitas instituições esta experiência torna-se um desafio de proporções maiores, especialmente nos cursos sem tradição de oferta de atividades de extensão que em realidade foram

surpreendidos pela exigência de 10% da carga horária como requer a legislação. Ao mesmo tempo que esta meta empurra as IES para sair de um atraso com relação às universidades estrangeiras, esta normatização foi uma imposição de cima para baixo, isto é, mesmo tendo sido discutida pela sociedade através dos seus representantes, a ambição desta e de outras metas alvoroçaram a comunidade acadêmica:

Para que a curricularização não seja tão difícil em sua implementação inicial, como é normal em toda a transição, *é importante ter uma referência conceitual sobre a extensão como atividade formativa dos estudantes, como é a proposição da curricularização e como é o objetivo mais geral de alcançar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* [grifo nosso]. É importante também ter referências mais pragmáticas, pois deve haver maior oferta de atividades de extensão com participação de estudantes que, por sua vez, persigam os objetivos pedagógicos da extensão. As referências mais abstratas, conceituais e gerais devem se conjugar também como referências mais concretas, pragmáticas e específicas para que as ofertas de programas e projetos se aproximem dos objetivos (Arenti, 2023, p. 171).

Em consonância com os dados e excertos abordados acima, acrescentamos ao debate as Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ao recomendarem que esse processo inicie através de uma etapa de sensibilização, em que sejam debatidos com as comunidades interna e externa temáticas como o que conceito de Extensão, suas concepções, diretrizes, objetivos, tipos de ação, temas, metodologias (CONIF, 2020).

Os exemplos acima são apenas alguns dos quais podemos lançar mão para ilustrar as consequências deste salto de um não lugar da Extensão, ou, ao menos, de certo desconhecimento/estranhamento acerca destas práticas, para a então inserção dos 10% nos currículos dos cursos de graduação. Diversos relatos de experiência e pesquisas vêm ao encontro deste que pode ser considerado um calcanhar de Aquiles quando se trata da Extensão e da sua efetiva incorporação nos cursos superiores (Imperatore, 2019; Frutuoso, 2021; Serva, 2022; Lisboa Filho, 2022; Martins, 2016; Arenti, 2023; Gadotti, 2017; Benetti Et Al., 2015, Forproex, 2021; etc.). A própria Resolução 07/2018 e o parecer CNE 608/2018 reforçam a importância e apresentam um arcabouço conceitual teórico diante do entendimento do que se quer para esta prática na universidade, especialmente em relação indissociável com o ensino e com a pesquisa. Neste cenário, vale evidenciar a análise feita pela professora e pesquisadora Simone Imperatore quando afirma que:

A estratégia 12.7 do PNE, de um lado, corrobora a extensão como dimensão acadêmica, prenunciando a ressignificação epistêmica da educação superior alicerçada na efetiva indissociabilidade e na reconexão territorial das instituições por meio de aprendizagens experienciais travadas nas/pelas condições sócio-históricas através de programas, projetos de extensão. De outro, delinea-se a armadilha do aprisionamento da extensão à “grade curricular”, que ameaça seu significado enquanto potência de diálogo, produção e democratização de conhecimentos, sua essência crítica e interdisciplinar. *Ameaça agravada pela multiplicidade de concepções extensionistas que ora a associam ao voluntarismo, ora à missão social das instituições, ora a políticas desenvolvimentistas, ora a estratégias mercadológicas.*

*Diante do exposto, depreende-se a relevância de se refletir acerca do sentido de extensão como aporte à práxis educacional e ao processo de curricularização em curso nas instituições brasileiras* [grifo nosso] (Imperatore, 2019, p.84).

O segundo aspecto trazido pelo Censo da Extensão (FORPROEX, 2023) como fator que dificulta a conclusão da inserção curricular da extensão nos PPCs e apresentado anteriormente no Gráfico 4 refere-se à dificuldade de operacionalização da Extensão nos PPCs.

A Resolução 07 estabelece que as atividades extensionistas, inseridas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação, abrangem programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços. É exigido que pelo menos 10% da carga horária curricular seja destinada a essas atividades, que devem ser parte da matriz curricular. O parecer CNE 608/2018

coloca que os PPCs dos cursos de graduação devem se adaptar à nova legislação sobre extensão, assegurando em seu conteúdo a relevância das atividades extensionistas e registrando adequadamente a participação dos estudantes. Estas atividades precisam ser propostas, desenvolvidas e concluídas de forma documentada, organizando planos de trabalho, metodologias e conhecimentos gerados para que os estudantes possam ser devidamente avaliados. É essencial que essas atividades sejam sistematizadas, acompanhadas e avaliadas por instâncias administrativas estabelecidas, garantindo o registro adequado na documentação estudantil, reconhecendo sua importância (Brasil, 2018).

Para atender à Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, as atividades curriculares de extensão devem estar vinculadas a programas ou projetos de extensão, com os estudantes atuando como protagonistas, podendo ocorrer de duas formas: a) Como parte de componentes curriculares não específicos de extensão: isso envolve a distribuição de horas dedicadas a atividades de extensão dentro de componentes curriculares que não são especificamente de extensão, utilizando-as como metodologia e, b) Como componentes curriculares específicos de extensão: implica na criação de componentes dedicados exclusivamente à extensão, inseridos na matriz curricular do curso, com carga horária total voltada para atividades de extensão (CONIF, 2020). Neste contexto, a curricularização da extensão representa um grande desafio para as universidades, pois requer uma nova abordagem nos currículos dos cursos de graduação e implica a revisão dos PPCs para integrar ensino, pesquisa e extensão por meio de componentes curriculares obrigatórios:

Um dos passos fundamentais em direção à universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado com a adoção dos novos conceitos de 'sala de aula' e de 'eixo pedagógico'. É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento (FORPROEX, 2012, pp. 29-30).

Essa revisão não deve ser encarada somente como um aumento da carga horária, mas sim como uma forma de alinhar o ensino e a pesquisa às necessidades da comunidade, promovendo a integração de saberes e a flexibilidade curricular, em consonância com a função social da universidade e a qualidade do ensino (Martins, 2016). A discussão a ser realizada deve ser de cunho epistemológico, em que o início deste processo seja a retomada da reflexão acerca dos diferentes saberes na perspectiva da interdisciplinaridade (Imperatore e Pedde, 2015).

Nesta conjuntura, retoma-se a discussão feita anteriormente, acerca da necessidade de discutir-se o conceito e o sentido da Extensão na IES e nos cursos como estratégia inicial da reformulação dos PPCs, garantido assim certa coesão entre a visão institucional, a perspectiva de cada curso superior a partir do perfil do egresso com as competências e habilidades do profissional que quer formar e, por fim, com a prática observada nas atividades cotidianas.

## **5. Considerações Finais**

A presente investigação teve como objetivo investigar a participação e o protagonismo discente no processo de curricularização da extensão nos Institutos Federais da região Sul do Brasil através da análise de Projetos Políticos de Curso (PPCs). Devido à gama de possibilidades de exploração que este assunto proporciona, optou-se neste artigo em não discutir de forma aprofundada os conceitos e autores que tratam a temática do Currículo visto que serão abordados em um próximo texto.

Como pode-se perceber, os PPCs trazem ainda de forma tímida a Extensão em seu escopo, carecendo em muitos casos de detalhes que são essenciais para uma percepção mais adequada do processo de inserção destas atividades no currículo dos cursos superiores. De forma especial com relação ao objetivo proposto, observou-se que a participação e o protagonismo estudantil são temas ainda distantes da compreensão acerca da prática da Extensão expressos nos PPCs, sendo necessário

avançar nas discussões e propostas que visem ampliar e fomentar o protagonismo discente no processo de curricularização da Extensão.

Para futuros estudos da temática, sugere-se utilizar a entrevista com coordenadores de cursos para entender as possíveis implicações e intencionalidades quanto ao protagonismo discente, a curricularização da Extensão e a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos.

## Referências

- Arienti, W. L. (2023) Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, ISSN 1807-0221, Florianópolis. 20(45), 168-189.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bentti, P. S. I. & Souza, H. (2015). Creditação Da Extensão Universitária Nos Cursos De Graduação: Relato De Experiência. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*. 6 (1), 25-32.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil. (2014) *Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm).
- Brasil. (2018a) Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES Nº 608 de 03 de outubro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira*. Brasília, DF: MEC. <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>.
- Brasil. (2018b) Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*. Brasília, DF: MEC. <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira>.
- Brasil. (2024). *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília: Ministério da Educação (MEC), <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ep/rede-federal>.
- Brasil. (2024). *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília: Ministério da Educação (MEC). <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.
- CONIF. (2020) *Diretrizes para a curricularização da extensão na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica*. <https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3704-conifestabelece-diretrizes-para-a-curricularizacao-da-extensao-na-rede-federal?Itemid=558>.
- Deus, S. (2020). *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria: PRE-UFSM.
- FORPROEX. (2006). *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da Extensão*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu.
- FORPROEX. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. [https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=3](https://www.ufmg.br/proex/renex/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3).
- FORPROEX. (2021). *Carta De Salvador 50º Encontro Nacional Do Fórum De Pró-Reitoras E Pró-Reitores De Extensão Das Instituições Públicas De Educação Superior Brasileiras (Forproex)*. [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/Carta\\_de\\_Salvador\\_FORPROEX.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/Carta_de_Salvador_FORPROEX.pdf).
- FORPROEX. (2023). *Censo da Extensão Universitária*. <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/censo-da-extensao-universitaria>.
- Freire, P. (2015). *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra.
- Garces, S. B. B. et al. (2018). *Reflexões Sobre A Curricularização Da Extensão*. <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2018/3%20-Mostra%20de%20Trabalhos%20da%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o/Trabalhos%20Completos/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20EXTENS%C3%83O.pdf>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ed.). Atlas.
- IFC. (2022) *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Química - Campus Araquari*. <https://liqui.arauari.ifc.edu.br/>.
- IFPR. (2014) Resolução Nº 28, de 23 de outubro de 2014. Autoriza a criação do Curso Superior de Licenciatura em Química, no Câmpus Jacarezinho, do IFPR. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química - campus Jacarezinho*. <https://ifpr.edu.br/resolucao-282014/>.
- IFPR. (2017). Resolução Nº 41 de 14 de julho de 2017. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais com Habilitação em Química - campus Cascavel*. <https://ifpr.edu.br/cascavel/wp-content/uploads/sites/8/2024/10/Licenciatura-em-Quimica-2023.pdf>.
- IFPR. (2017). Resolução Nº40 de 14 de julho de 2017. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química - campus Pitanga*. [https://ifpr.edu.br/pitanga/wp-content/uploads/sites/23/2023/05/1683075143264\\_NOVO-PPC\\_Quimica.pdf](https://ifpr.edu.br/pitanga/wp-content/uploads/sites/23/2023/05/1683075143264_NOVO-PPC_Quimica.pdf).

Imperatore, S. L.B. & Pedde, V. (2015) Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: *XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria*. Havana.  
[https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1\\_Artigo\\_Curricularizaca\\_da\\_Extensao\\_Universitaria\\_no\\_Brasil.pdf](https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf).

Imperatore, S. (2019). Transição paradigmática do ensino superior ante a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação. In: *Inserção curricular da extensão [recurso eletrônico]: aproximações teóricas e experiências*. Volume VI / Luciane Bisognin Ceretta, Reginaldo de Souza Vieira (Organizadores). – Criciúma, SC: UNESCO. p.13-28.

Lisboa Filho, F. F. (2022). *Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento nacional*. Santa Maria. FACCOS-UFSM.

Martins, J. (2016). Extensão Universitária como Prática Educomunicativa: contribuições para a flexibilização de Projetos Pedagógicos. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo. Anais eletrônicos. <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0400-1.pdf>.

Nogueira, M. D. P. (2013). A construção da Extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). *Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, pp. 27-50.

Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.

Ribeiro, R. M. C. (2019). As Bases Institucionais da Política de Extensão Universitária: Entendendo as Propostas de Universidades Federais nos Planos de Desenvolvimento Institucional. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, 5, 1-17.  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652870/0>.